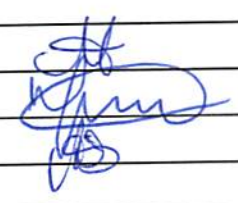


| TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | | | |
|--|---|-------------------------------------|--|
| Número do Termo de Análise de Credenciamento | | 003.2023 | |
| Número do Processo (Nº protocolo ou processo) | | 003.2023 | |
| I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS | | | |
| Ente Federativo | PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRÁRITUBA | | CNPJ 08.789.299/0001-17 |
| Unidade Gestora do RPPS | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PIRÁRITUBA | | CNPJ 09.074.663/0001-74 |
| II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA | | ADMINISTRADOR | GESTOR |
| Razão Social | Icatu Vanguarda Gestão de Recursos LTDA. | | CNPJ 68.622.174/0001-20 |
| Endereço | Avenida Oscar Niemeyer, n° 2000, 18 andar, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ – cep 20220-297 | | Data Constituição 22/09/1992 |
| E-mail (s) | brunohorovitz@icatu Vanguarda.com.br marcelorodrigues@icatu Vanguarda.com.br | | |
| Data do registro na CVM | 22/10/1992 | | |
| Data do registro no BACEN | | | |
| Principais contatos com RPPS | | Cargo | E-mail |
| Bruno Horovitz | | Relação com Investidores | brunohorovitz@icatu Vanguarda.com.br |
| Marcelo Rodrigues De Souza Coutinho | | COO | marcelorodrigues@icatu Vanguarda.com.br |
| | | | |
| | | | |
| A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social? | | Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA: | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Art. 7º, I, "b" | | Art. 8º, II |
| | Art. 7º, I, "c" | | Art. 9º, I |
| | Art. 7º, III, "a" | | Art. 9º, II |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Art. 7º, III, "b" | | Art. 9º, III |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Art. 7º, IV | <input checked="" type="checkbox"/> | Art. 10, I |
| | Art. 7º, V, "a" | | Art. 10, II |
| | Art. 7º, V, "b" | | Art. 10, III |
| | Art. 7º, V, "c" | | Art. 11 |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Art. 8º, I | | |
| IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS: | | CNPJ | Data da Análise |
| ICATU VANGUARD LONG BIASED FIM (10F, I) | | 35.637.151/0001-30 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA DIVIDENDOS FIA (8F, I, "A") | | 08.279.304/0001-41 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA IBE FIA (8F, I, "B") | | 06.224.719/0001-92 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA FIB FIXADO FIM LP (7F, I, "A") | | 19.418.031/0001-95 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA FIB INFLACAO CP LP (7F, V, "B") | | 19.719.727/0001-51 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA INFLACAO CURTA FI RF LP (7, L, "B") | | 10.922.432/0001-03 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA INFLACAO LONGA FI RF LP (7, L, "B") | | 10.756.541/0001-06 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA FOF FI FIM (8, II) | | 39.997.963/0001-47 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA FIB PLUS LP (7, II, 4) | | 05.755.769/0001-33 | 02/02/2023 |
| ICATU VANGUARDIA FOF AÇÕES GLOBAL FI (8, II) | | 44.212.682/0001-71 | 02/02/2023 |
| V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO | | | |
| Estrutura da Instituição | Em 2003 é criada a Icatu Hartford Administração de Recursos Ltda. para gerir as reservas acumuladas pela venda dos produtos de seguros de vida, previdência e capitalização do Grupo Icatu Seguros. | | |
| Segregação de Atividades | A família Almeida Braga é controladora ou possui participação relevante na seguinte empresa, que, assim como a Icatu Vanguarda, também se encontra cadastrada na CVM: Icatu Consultoria de Investimentos Ltda ("Icatu Consultoria"). A Icatu Consultoria presta o serviço de consultoria exclusivamente para os Fundos que recebem recursos previdenciários. Não há conflito de | | |
| Qualificação do corpo técnico | QDD Seção III | | |
| Histórico e experiência de atuação | Em março de 2022, Roberto Koeler Lira (Portfólio Manager de Renda Variável) deixou de fazer parte da equipe e Luiz Fernando Missagia, que também tem uma longa experiência na Mesa de Operações, assume essa | | |
| Principais Categorias e Fundos ofertados | Fundos de Renda Variável, Renda Fixa e Fundo Exterior | | |
| Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão | Regulamento dos fundos | | |
| Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro | N/A | | |

| | |
|--|----------------------------|
| Regularidade Fiscal e Previdenciária | Anexo |
| Volume de recursos sob administração/gestão | 42.292.017.683,15 (Jun.23) |
| Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão | Vide Laminas Anexas |
| Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros | N/A |
| Outros critérios de análise | N/A |

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Local: Piripiri/Uberlândia Data: 01/03/2023

| VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO: | Cargo | CPF | Assinatura |
|--|--------------------|-----------------------|--|
| <u>M. P. de S. Silva</u> | <u>Membro</u> | <u>063.438.144-00</u> |  |
| <u>J. P. de S. Silva</u> | <u>Coordenador</u> | <u>063.594.704-00</u> | |
| <u>Amândeo S. de A. Dias</u> | <u>Membro</u> | <u>041.830.144-17</u> | |
| | | | |
| | | | |

CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos previstos nos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no site da Internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos requisitos previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.


A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados em cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores


Assinatura de Alexandre Rodrigues de Souza


Assinatura de Ricardo Soares Lima Neto

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores